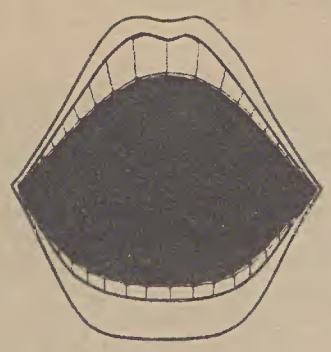
ASMOB_BOCA_NO_TROMBONE_MAIO_DE_1977_N-2
Emb37



BOCA NO TROMBONE

ANO I ★ Rio de Janeiro — Maio de 1977 ★ PREÇO DE CUSTO Cr$ 3,00 Nº 2

JORNAL DOS ESTUDANTES DO GRANDE RIO

EDITORIAL

O ano de 1977 apresenta para nós, estudantes do Grande Rio e de outros estados do País, uma nova fase na defesa e conquista de nossos legítimos interesses. No Rio: Boicote às mensalidades e greve geral de seis dias na PUC-RIO, greve na Medicina da UERJ, greve na Comunicação-UFRJ; greve em ciências sociais-UFF; em São Paulo: greve na PUC e na USP e uma passeata com 5 000 estudantes; no Rio Grande do Sul: passeata de 1 000 estudantes. Dentre outras manifestações, demonstram que os estudantes aumentam seu grau de organização e consciência, buscando superar os inúmeros entraves a um ensino voltado para os reais interesses do povo brasileiro.

Para contrabalançar a diminuição relativa das verbas do MEC para Educação, temos que pagar anuidades e taxas cada vez mais altas, enquanto persiste a má remuneração dos professores, falta de laboratórios e condições de pesquisa, falta de vagas por disciplinas, etc. Além disso, através da resolução 30 e da implantação gradativa dos Estudos Sociais, a política educacional vigente, descaracteriza e esvazia os cursos de Biologia, Física, Química, História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais, buscando com isso, inclusive, reduzir os custos da Universidade e tornando cada vez mais o ensino acrítico e academicista.

Mantendo sua tradição de combatividade, os estudantes, reunidos em torno de suas entidades representativas, desenvolvem atualmente uma série de lutas exigindo mais verbas governamentais para a Educação, na luta por uma Universidade gratuita, mais acessível aos setores explorados da população brasileira. Em grande parte vitoriosas, estas lutas vêm demonstrar a necessidade de unificação do movimento. Por exemplo, os estudantes de São Paulo (USP), obtiveram sua vitória ao verem suas forças somadas às de outras Universidades paulistas. E para nós, estudantes do Grande Rio, coloca-se como necessidade concreta a construção de um órgão regional. Consideramos que as formas de organização por universidades como DCEs e por escolas, DAs, CAs e Conselhos de Representantes por turma têm sido as que melhor tem cumprido o papel de aglutinação, mobilização e coordenação das lutas estudantis e que esse órgão regional deve representar de fato os interesses da maioria dos estudantes.

Por isso, propomos que a organização regional de nosso movimento seja construída, sob a forma do Conselho de Representantes dos Estudantes do Grande Rio, entidade federativa, composta por todas as entidades estudantis e, nas escolas onde estas não existem, por delegados eleitos em assembléias. Somente desta forma, para o atual estágio do movimento, a posição da maioria dos estudantes estará representada nas decisões do órgão regional (através das entidades), pois as votações não serão de todos os presentes nas reuniões do CR e sim dos delegados das escolas.

Temos claro que a construção das entidades estudantis livres e independentes entra em flagrante contradição com o atual clima de repressão e violência que se abate, não só sobre os estudantes, mas sobre todos os demais setores oprimidos da sociedade, principalmente os trabalhadores.

Nesse sentido, a luta estudantil não pode ser encarada isoladamente, ela deve procurar se associar as lutas do povo por melhores condições de vida e pelas liberdades democráticas, como parte de uma problemática geral da sociedade brasileira.

Convocamos todos os estudantes do Grande Rio a discutirem em suas escolas e entidades as formas concretas de construção do Conselho de Representantes, sua importância enquanto centralizador e unificador de nossas lutas e também instrumento de propaganda da luta por liberdades democráticas.

O primeiro passo nesse sentido, é o nosso Jornal Boca no Trombone, órgão de imprensa estudantil do Grande Rio, que já nos permite de alguma maneira dar respostas justas e unificadas às questões que se colocam no dia a dia da vida do país, tarefa que será bem melhor cumprida com a conquista de nosso órgão regional: *o Conselho de Representantes dos Estudantes do Grande Rio.*

FECHAMENTO DO CONGRESSO
PAG 3

BOTANDO A BOCA NO TROMBONE
PAGINA 3

USP: ESTUDANTES NAS RUAS
PAG 2

A GREVE DA PUC

1º MAIO: DIA DE LUTA
PAG 3

VITÓRIA DA LIBERDADE NA UFF

ASMOB-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO
CEDEM

USP - ESTUDANTES NAS RUAS

O dia 30 de março foi um dia especial para a população paulista. Desde às 8:00 horas da manhã, o trânsito ficou completamente congestionado, pois a polícia parava todos os carros para inspeção nas principais vias de tráfego. O motivo dessa atitude da Secretaria de Segurança era o de tentar impedir que os estudantes da USP se concentrassem no Largo do Arouche conforme haviam combinado no dia anterior. Sabendo de tais medidas, os universitários fizeram sua concentração no Largo de Pinheiros. Saíram em passeata 5.000 alunos, sendo engrossada no caminho por vários estudantes da PUC e outras universidades. E assim, ao invés de uma, ocorreram duas concentrações: a dos estudantes, no Largo dos Pinheiros, e a dos agentes de segurança, no Largo do Arouche.

O objetivo da passeata era levar a todas as autoridades educacionais e a população em geral, uma denúncia ampla sobre a situação do ensino superior em São Paulo, corporificada nas reivindicações de suplementação de verbas para a USP, contra qualquer aumento superior a 35% nas anuidades das escolas particulares, por mais verbas para a educação, pela ampliação do ensino público e gratuito para todos.

Dessa vez os estudantes paulistas foram a primeira página de todos os jornais. Colocaram-se ao lado da população e foram entendidos e apoiados por ela. Foi dito em alto e bom som que a luta não é pela manutenção de privilégios e sim pela ampliação do ensino público e gratuito para todos, contra a carestia e por liberdades democráticas.

Os acontecimentos de São Paulo não são certamente passageiros. Revelam na realidade a profunda crise do ensino em geral no Brasil e do ensino superior em particular. A política sistematizada e posta em prática a partir de 1969, com a implantação da Reforma Universitária, tem resultado na transferência dos custos do ensino para os alunos, no descompromisso do governo com educação, refletindo-se na redução das verbas destinadas ao ensino.

Ainda nas férias, na PUC-SP e na USP, a questão das verbas já começava a se fazer sentir. A PUC-SP formou junto com outras escolas isoladas uma comissão que tenha como objetivo inicial combater qualquer aumento de anuidades superior a 35% nas escolas particulares. Na USP, o DCE-livre realizava suas reuniões abertas para discutir o anunciado corte de verbas (de 35% segundo o Reitor) e as suas primeiras conseqüências: o aumento do preço das refeições de funcionários e professores de Cr$ 6,00 para Cr$ 17,50, o fim do jantar no restaurante do CRUSP, a limitação dos serviços de assistência médica.

O movimento cresceu, envolvendo cada vez mais escolas da grande São Paulo — que hoje se organizam na Comissão Metropolitana — e atingiu seu ponto alto na passeata.

Até agora duas importantes vitórias parciais foram alcançadas: a limitação em 35% do aumento das anuidades da PUC-SP e a autorização do governador para que o reitor use as verbas do segundo semestre para atender "as necessidades mais urgentes" da Universidade de São Paulo, juntamente com a promessa de suplementação para o segundo semestre. Porém, os estudantes paulistas acham que para a consolidação dessas vitórias parciais o movimento necessita continuar. E além disso, é necessário agora levar a frente a luta pelos serviços públicos e gratuitos em geral (saúde, habitação, transportes. . .) colocando assim o movimento ao lado dos setores populares que hoje lutam por melhores condições de vida. Cabe ainda trazer para o seio do movimento as reivindicações de outras escolas que ainda não estão participando. Cabe ainda fortalecer o movimento estudantil nacional, na sua luta por mais verbas para a educação.

É nessa perspectiva que se coloca a realização do Simpósio Pela Conquista do Ensino Público e Gratuito Para Todos. Consistirá numa ampla tribuna de denúncias sobre a situação do ensino hoje. Estudantes universitários, ao lado de professores, estudantes secundaristas e representantes de setores populares deverão discutir essa situação com o objetivo de tirar possíveis propostas comuns. É também nessa perspectiva que se coloca a plenária estadual de estudantes que pretende organizar a intervenção do estado de São Paulo no Encontro Nacional de Estudantes.

VITÓRIA DA GREVE DA ECO

No retorno às aulas, os estudantes de Comunicação da UFRJ foram reecebidos com uma série de arbitrariedades.

O professor Carlos Henrique de Escobar, um dos fundadores da Escola de Comunicação, foi afastado sem explicações. Escobar era considerado pelos alunos um dos melhores professores da faculdade, ao mesmo tempo que sempre se colocava ao lado dos interesses estudantis.

A direção da escola, questionada acerca da medida, não deu resposta. Ou melhor, respondeu fechando as agências de jornalismo e publicidade, impondo censura ao Cineclube e demais atividades culturais.

A tentativa de resolução dos problemas gerados, levada pelo representante estudantil no Conselho Departamental (na Comunicação, 1 voto dos estudantes e 7 dos professores), não produzira qualquer efeito concreto.

Diante disto foi convocada uma assembléia dos estudantes da escola para discutir a situação. Frente à negação de diálogo por parte da direção, ficou claro na assembléia que só uma posição unida e firme poderia contribuir para solucionar os problemas visados. Decidiu-se pela realização de uma greve como a melhor forma de procurar resultados positivos.

A princípio, a direção negou-se a reconhecer a greve. Mas como o movimento contasse com o apoio do conjunto da escola, começou a sair de sua posição irredutível. O próprio Reitor da UFRJ, figura inacessível no cotidiano do estudante, deu-se ao trabalho de ir duas vezes à Escola de Comunicação para se informar do andamento da greve.

Diante da decisão, união, organização e maturidade demonstrada pelos estudantes, a direção da faculdade teve que recuar e aceitar as reivindicações propostas: reabertura da agência de publicidade; fim do controle interno ao cineclube e outras atividades culturais; reequipamento do laboratório fotográfico; utilização da reprografia pelos alunos; reativação da comissão paritária para estudo do currículo.

No que toca ao professor Escobar, a direção da Faculdade se comprometeu junto com os alunos, a reivindicar sua volta e pedir esclarecimentos à Reitoria da razão de seu afastamento.

Quanto às reivindicações políticas, pelos direitos de organização e manifestação, foram efetivados na prática. Graças à greve de 18/3 a 25/3 (a primeira na graduação da UFRJ desde 1970) foi barrada a censura interna e garantida a liberdade dos estudantes de manifestarem-se na defesa de seus direitos. Como maior expressão do direito de organização, foi criada a comissão para a construção de um Centro Acadêmico. A concretização deste CA trata-se de um ganho importante, pois é uma entidade desvinculada dos entraves burocráticos. Possuirá total autonomia e será comprometida apenas com os interesses dos estudantes, tanto os específicos, como os que dizem respeito aos seus interesses mais gerais dentro da sociedade, sendo um primeiro passo para a reabertura dos DAs e CAs na UFRJ.

PRONTO SOCORRO

Querem acabar com os estágios em Pronto Socorro para os acadêmicos de Medicina, estágios esses que existem há mais de 40 anos.

Desde o final de 76, sabe-se que a Secretaria de Saúde vem estudando uma forma de substituir os acadêmicos-bolsistas nos treze hospitais municipais e estaduais do Rio de Janeiro. Atualmente, os alunos de sexto ano de todas as escolas médicas prestam concurso para trabalhar 24 hs semanais nos Pronto Socorros, em troca de uma bolsa de Cr$ 1.100,00. Este concurso seria extinto e os bolsistas seriam substituídos por "internos" da Secretaria de Saúde, ou seja, por alunos que passariam todo seu último ano trabalhando nos serviços da rede de saúde do Estado, o que incluiria os plantões de Pronto Socorro. Com isso ficariam excluídos todos aqueles que preferissem fazer um sexto ano ainda na escola, ou que simplesmente não conseguissem vagas, já que faz parte do plano a abertura do "concurso para internato" para alunos de todas as partes do Brasil.

Haveria uma variante do projeto: a diretoria de uma faculdade poderia optar em tornar curricular, portanto obrigatório, um plantão de 12 horas semanais em Pronto Socorro; em troca do "privilégio" de garantir estágios para todos os seus alunos, abriria mão do direito destes à remuneração.

Os estágios em Pronto Socorro representam hoje a única forma de um aluno de Medicina completar sua formação profissional, tendo a oportunidade de treinar as práticas médicas mais usuais.

O ensino restrito ao hospital-escola encontra-se extremamente distanciado das exigências do mercado de trabalho e do que requer a precária situação de saúde em que se encontra o povo. Ignora solenemente a existência de algo semelhante aos Pronto Socorros, acostumando o aluno a depender de uma infinidade de exames, aparelhos e drogas, caros e sofisticados, só encontráveis nos hospitais universitários ou em clínicas privadas de elite.

Os Pronto Socorros deveriam se limitar a casos de urgência, mais acabam por atender à grande massa da população do Rio de Janeiro. Neles trabalham principalmente os acadêmicos bolsistas. Há também alguns residentes, médicos no primeiro ou segundo ano de formados, categoria indefinida, sem direitos trabalhistas, recebendo o irrisório salário de Cr$ 1.600,00 a Cr$ 1.900,00 mensais.

No entanto, a Secretaria de Saúde, vem sistematicamente restringindo o acesso dos estudantes aos seus serviços, tentando acabar com as bolsas. Mais estes tem resistido às tentativas de terem seus direitos limitados.

Em 75 os estudantes de Medicina reivindicaram bolsas para todos os 5º e 6º anistas. Uma passeata de 800 estudantes até a Assembléia Legislativa garantiu a ampliação do número de vagas para os sexto anistas, com a promessa do governador Faria Lima de que haveria estágios para todos numa segunda etapa. Uma das armas utilizadas pelos estudantes na época foi o boicote de duas semanas ao Pronto Socorro, realizado por todos os estagiários não remunerados, demonstrando na prática o quanto eram necessários para o atendimento. Entretanto em 76, nada foi feito no sentido de cobrar a promessa do governador, não se avançando na conquista do direito aos estágios.

E agora, em 77, não satisfeitos de terem eliminado os quinto anistas querem eliminar também os sexto anistas remunerados!!!

A luta vitoriosa levada a cabo pelos sexto anistas da UERJ, no princípio do ano em defesa de um internato conforme seus interesses deve servir de exemplo. Como se vê, o problema abarca o conjunto dos estudantes de medicina do Grande Rio. Cabe então tentar equacionar o problema conjuntamente, o que tornará mais fácil sua solução.

Os estudantes deverão resistir em duas frentes: nas suas escolas impedindo que as direções assinem convênios contrários aos seus interesses em seu nome. Junto ao governo estadual impedindo que a Secretaria de Saúde elimine os estágios remunerados.

CEDEM

O 1º DE ABRIL NO CONGRESSO

O General Geisel, presidente da República, decretou a primeiro de abril o ato Complementar nº 102, pelo qual entrou em recesso o Congresso Nacional.

A noite, pela televisão, dizia o General à população: *"Imaginávamos que dado o interesse nacional pela Reforma da Justiça e seu caráter apartidário, teríamos o apoio unânime do Poder Legislativo e dos membros tanto do Partido do Governo como do Partido da Oposição. (. . .) Infelizmente não se conseguiu resultado algum porque o Partido da Oposição resolveu fechar a questão, impedindo que seus representantes do Senado e da Câmara votassem a favor da reforma. Adotaram um procedimento que não se coaduna com o espírito democrático que vivem invocando. (. . .) Por ato Complementar de hoje, o Congresso Nacional foi posto em recesso e o Presidente da República, vale dizer, o Poder Executivo, passou a ser o Poder Legislativo. Eu usarei esses poderes muito transitoriamente, não só para fazer a reforma do judiciário, como também dentro dos limites necessários, para as demais reformas de natureza política, que considero indispensáveis ao bem-estar, à tranquilidade e à própria institucionalização política de nosso país (. . .)".*

No dia 14 de abril, com o Congresso em recesso, o General Geisel deu a justiça, a tranquilidade e as reformas indispensáveis ao povo brasileiro. . . . Decretou as seguintes medidas políticas: eleições indiretas para governadores com um novo colégio eleitoral; sublegenda na eleição direta de um senador e eleição indireta para outro; prorrogação por seis anos do mandato presidencial a partir de 78; institucionalização da lei Falcão para todas as eleições diretas; coincidência de mandatos a partir de 82; exigência de maioria absoluta para modificação da Constituição.

Fez-se também, não esqueçamos, uma reforma no Poder Judiciário, manteve-se a denúncia vazia e instituiu-se 30 dias de férias para os trabalhadores.

Acabaram, assim, as preocupações do Governo em enfrentar, em 78, eleições diretas para governadores, que apenas apontavam a derrota da ARENA. Resolveu-se, assim, o perigo do Governo ver elementos do MDB ocuparem a direção dos principais estados da Federação: São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul. Mas foram muitos coelhos de uma só paulada: nada mais do MDB atrapalhar o domínio absoluto da ARENA no Congresso — fim da exigência de maioria de 2/3 para modificar a Constituição; nada mais de muito falatório nas eleições parlamentares — institucionalização da Lei Falcão; nada de problemas com eleições de senadores, mandatos presidenciais. E, principalmente, restringe-se a participação popular na vida política do país, mesmo nos poucos momentos em que ela ainda conseguia aparecer nas eleições.

E tudo começou com uma reforma, apartidária, do Poder Judiciário!

Realmente não é possível dizer que o Judiciário no Brasil sempre tenha primado pela eficiência. Nem pela justiça, geralmente mais acessível aos poderosos e privilegiados. Mas seria de se esperar que uma reforma no judiciário devesse basear-se nas posições de juristas, magistrados, etc. Que pelo menos respondesse a consultas junto a estes interessados em tal questão. E se é ilusão pensar que da reforma surgiriam grandes benefícios para o povo — cuja carência de justiça exige mudanças bem maiores — algumas vantagens poderia ter conseguido. Como o restabelecimento do habeas-corpus e a autonomia do judiciário. Benefícios e garantias pequenos para um povo que enfrenta a subnutrição, o arrocho salarial, a repressão política. Mas parece que nenhuma destas garantias seria compatível com o binômio "segurança-desenvolvimento".

E é significativo que tantos, mesmo do ponto de vista técnico, voltem-se contra esta reforma do judiciário. Como, por exemplo, o Instituto dos Advogados do Brasil, a Ordem de Advogados do Brasil. Ainda no dia 2, a OAB foi mais além dos limites técnicos e aprovou resolução considerando que o projeto da reforma do judiciário "institucionaliza o autoritarismo".

Por outro lado, é necessário convir que, quando o Congresso é colocado em recesso e alterações fundamentais nos mecanismos da vida política do país se produzem devido a uma reforma (técnica e apartidária), sem dúvida temos um fenômeno, pelo menos exótico.

E aí vem a pergunta: será que a tal reforma técnica e apartidária não foi um simples pretexto para salvar a ARENA e o Governo das eleições de 78? Será que não era um pretexto para usar os atos de exceção? A resposta não é difícil.

Apesar das eleições no Brasil se processarem dentro de um clima de cerceamento, de falsas eleições — se refletiam nos seus resultados, na campanha eleitoral, a crescente insatisfação popular para com a repressão política e a marginalização econômica a que está submetido nosso povo. Sendo o MDB a única alternativa que o povo encontra nas eleições, apesar de seu descompromisso para com a luta pelas liberdades democráticas, canalizava essa insatisfação. Visando a tentar conter a insatisfação popular, como a deter o fortalecimento do MDB, vieram as reformas políticas. E o recesso do Congresso, apesar deste sofrer o reflexo do cerceamento à participação popular na vida política do país, desrespeita a vontade do povo expressa através do voto. E o primeiro de abril do Congresso, de fato, foi do povo.

Mas vejamos mais alguns fenômenos exóticos. O governo se pergunta se deve conformar-se com a atitude do MDB em votar contra a reforma, já que não restabelecia o habeas-corpus, nem a autonomia da magistratura, atitude tomada contra a opinião de muitos moderados emedebistas e todos os chaguistas e adesistas.

Então a maioria do MDB, que apoiou uma posição ligada aos autênticos, tomou uma atitude ditatorial exigindo que a minoria adesista respeitasse a lei da fidelidade partidária, garantido a rejeição do projeto.

Estranho é que o MDB não foi responsável por esta lei, que agora parece ditatorial. Que o MDB, apesar de seu descompromisso com o povo e suas vacilações para um partido que se pretende de Oposição, não é o responsável pela derrubada das leis e regulamentos eleitorais. Estranho que o MDB não tenha mudado as regras do jogo pela força, quando sente que vai perder. Mas no final das contas, ele é que é ditatorial.

O General Geisel disse que "o povo precisa de justiça e que da forma como as coisas iam não iria ter justiça". Realmente, o povo brasileiro precisa de justiça. De salários justos . . . Mas, mais do que tudo, precisa de liberdade, de conquistar com suas próprias mãos, sua própria justiça. Para nunca mais cair num primeiro de abril. . .

BOTANDO A BOCA NO TROMBONE

O ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, Aldo Silva Arantes, foi preso, em São Paulo, pelas autoridades de segurança ligadas ao II Exército, dia 16 de dezembro último. Estava implicando em acusações que lhe atribuiam atividades visando à derrubada do regime vigente no Brasil, segundo estas autoridades. Foram presas com ele mais 12 pessoas, tendo 3 morrido durante a prisão.

No dia 31 de janeiro, o advogado de Aldo Arantes impetrou uma petição junto à XX primeira Auditoria de Guerra, visando: a apresentação do preso a uma autoridade judiciária: a proibição de sua remoção para o DOI-CODI do II Exército; sua transferência de presídio.

Tais providências visavam a averiguar sevícias que Aldo Arantes estaria sofrendo, como a protege-lo. Segundo a petição, haveriam constatado, sua mãe e advogados, em visita, que "seu cliente e filho tinha nos braços e sola do pé esquerdo sinais evidentes de flagelo físico."

A primeira Auditoria de Guerra indefiriu o pedido de apresentação do preso a autoridade judiciária, como seu exame por médico particular e a não-remoção para o DOI-CODI. Apenas fez realizar um exame pericial do preso, por um Tenente-Coronel médico e por um legista do IML de São Paulo. Ambos declararam não ter constatado lesões referentes a flagelo físico, como a choques elétricos que o preso afirmou ter sofrido.

Estas ocorrências trazem à luz o cerceamento que sofrem os direitos e garantias individuais em nosso país. Lamentavelmente, acumula-se no Brasil as denúncias de troturas, desaparecimentos e maus tratos a presos políticos. As preocupações do advogado e da mãe de Aldo Arantes são plenamente justificados, quando todos podem recordar-se dos misteriosos "suicídios", havidos em 1975, nas dependências do DOI-CODI, do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Quando todos podem recordar-se das misteriosas circunstâncias que cercaram o atropelamento do estudante Alexandre Vannuchi Leme, em 1973.

Como é possível ignorar todas as denúncias que se repetem, de graves violações dos direitos humanos no Brasil?

Como é possível ignorar o que disseram os vereadoresdo MDB do Rio Grande do Sul, Glênio Peres e Marcos Klassman? Disseram os vereadores: **"Esta tribuna, sr. Presidente, sr. Prefeito serve para dizer que não há asfalto em determinadas vilas da comunidade, mas tem que servir também para dizer que há escolas do chamado anti-terrorismo, especialistas em retirar unhas das pessoas, fazer doer a integridade física das pessoas, em fazer com que se pague com o seu sangue, com a sua vida, o preço de seu pensamento, e o exercício da sua liberdade".** (Gênio Peres, 1/2/77)

"Eu dirijo o Comitê Permanente dos Direitos Humanos e posso trazer documentos com firma reconhecida que atestam a existência de torturas neste estado e neste país, e posso trazer também pronunciamentos do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que atestam a existência de troturas em nosso país e na América Latina". (Marcos Klassman, 9/2/77)

Ambos foram eleitos pelo voto popular e ambos não escaparam à sanha autoritária do Ato Institucional Nº 5: foram cassados em fevereiro último.

Os mais elementares princípios de respeito à integridade física e moral da pessoa humana exigem instrumentos que lhe assegurem a defesa de sua segurança. Estes instrumentos apenas podem provir de garantias oferecidas pelo controle popular quando da aplicação das leis.

No Brasil de hoje, é indispensável um Comitê de Direitos Humanos, composto por representantes do povo — trabalhadores, estudantes, intelectuais, profissionais liberais, etc — que possa averiguar o cumprimento da Declaração Universal.

Por outro lado, nem mesmo o "habeas-corpus", pelo qual são oferecidas garantias "a quem sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomação, por ilegalidade ou abuso de poder", está vigente. Embora previsto na Constituição, foi suprimido para os presos políticos pelo AI-5.

Assim, os presos políticos não têm como pedir garantia ao Judiciário; não têm como evitar sua incomunicabilidade; não têm como defender sua segurança pessoal, recorrer à proteção popular, ficando a mercê dos desígnios dos órgãos de segurança.

No caso de Aldo Arantes, seu advogado pediu seu comparecimento perante autoridade judiciária e exame pericial por médico particular. Por que não fazê-lo? A Constituição, fora dos "Atos Excepcionais", garante tais direitos. Seria medo do que se pudesse constatar?

Na primeira quinzena de março, o Governo brasileiro denúnciou o Governo dos EUA por interferência em seus assuntos internos, no que toca aos direitos humanos. Sem dúvida e indispensável toda a violação ao direito de autodeterminação do Brasil e por isso merece repulsa a crescente dominação da economia nacional por grupos monopolistas estrangeiros. Sem dúvida soam demagogicamente, também, as afirmações do Governo dos EUA, que nunca demonstrou apreço aos direitos humanos do povo do Vietuã, estando também comprometido com o patrocínio de torturas em vários países. Entretanto, o respeito aos Direitos do Homem, no Brasil, exigem que, urgentemente, sejam estabelecidos para todos os acusados políticos, garantias e instrumentos e defesa de sua integridade física, de sua segurança pessoal.

A GREVE DA PUC

No início do primeiro semestre, os alunos da PUC do Rio foram surpreendidos pelos exorbitantes preços das anuidades, Cr$ 1.200,00 na área das Ciências Humanas e Cr$ 1.500,00 na área das Ciências Exatas. Os já exorbitantes preços do ano anterior haviam sido aumentados em 42% e 45% respectivamente.

Tendo que suportar a crescente elevação dos custos da educação e paradoxalmente a queda acentuada do nível de ensino, os estudantes, numa clara demonstração de descontentamento, reagiram mobilizando-se e organizando-se através de suas entidades. A greve geral, intrumento de luta que não era utilizado na PUC desde 68/69, foi retomada.

O objetivo do movimento, definido pelos estudantes em assembléia geral, foi o congelamento das anuidades através da maior dotação de verbas do MEC para a PUC. Como forma inicial de pressão econômica e luta, foi atotado o boicote ao pagamento das anuidades (as anuidades dos alunos correspondem a 38% da receita total da PUC).

Desde o início, as tentativas de repressão ao movimento foram constantes, quatro colegas, dentre os quais o presidente do DCE, foram suspensos sob os mais variados pretextos; os guardas da PUC foram recrutados pra distribuir notas da reitoria, arrancar cartazes dos diretórios; diretórios foram invadidos e os cartazes roubados; as diretorias das entidades foram constantemente ameaçadas; etc. Na verdade, a direção da Universidade procurou criar de todas as formas um clima de terror atentando contra as liberdades mínimas dos estudantes.

Mesmo assim, o movimento cresceu. As assembléias foram cada vez mais concorridas, avançando as discussões sobre o problema das verbas, condições de ensino e a repressão. Mantendo ainda o boicote como forma de pressão econômica, o movimento passou a assumir formas de pressão política inicialmente, paralizando as aulas para discussão e, em seguida, entrando em greve geral como resposta às medidas repressivas e à inflexibilidade do reitor negando-se a abrir o diálogo.

Durante o período de greve, realizou-se a maior assembléia geral que contou com a participação de aproximadamente 3500 alumos. A partir deste momento, o reitor mostrou-se mais flexível dispondo-se a tentar obter verbas junto ao governo. Apesar deste primeiro recuo, a posição da Reitoria continuava ainda bastante fluida, não definindo nem prazo nem quantia em relação às verbas. Por outro lado, as suspensões continuavam sem revogação. Após amadurecida a discussão política, a assembléia decidiu pelo prosseguimento da greve por mais três dias entendendo a importância de aproveitar as primeiras vacilações da Reitoria.

Após todo o processo de greve obteve-se uma vitória parcial: o Departamento de Assuntos Universitários do MEC proibiu em caráter preliminar o aumento dos termos propostos pela PUC. A vitória foi apenas parcial pois, se por um lado o MEC proibiu o aumento da PUC e isso foi consequência de todo o processo de pressão política do movimento, por outro lado, as verbas não foram concedidas, ponto que era central nas reivindicações dos estudantes.

Mesmo assim, o movimento trouxe saldos positivos: desenvolveram-se as "frentes de turma" importante elo entre o movimento e as turmas, criando-se assim condições para o surgimento em diversos departamentos dos conselhos de representantes de turma; nos departamentos criaram-se as condições para a discussão do problema de verbas em termos particulares, isto é, no que este problema afeta as condições de ensino (corte de professores, salas sobrecarregadas, aumento da carga horária dos professores, etc.).

Após todo o processo de luta, ficou clara a ausência da participação estudantil nas decisões da universidade. Nesse sentido, é que, ainda durante o processo de luta, foi criada uma comissão de alunos e professores visando fiscalizar a gestão do reitor na busca de verbas e fornecer dados para a discussão sobre a distribuição dessas verbas.

O movimento também foi bastante importante já que extravasou seus próprios limites impulsionando a movimentação dos professores no sentido da sua organização. Mais de 120 professores reunidos aprovaram a proposta de formação de uma associação independente. Para tal foi aprovada uma comissão preparatória formada por um representante de cada departamento.

Mesmo levando-se em conta todos esses dados, os estudantes da PUC entendem hoje que a luta não acabou. Entendem que, mesmo encontrando sérios entraves à sua organização numa reitoria inflexível, o movimento terá sempre no governo o seu principal inimigo, já que é ele o principal responsável pelo não atendimento das reivindicações.

Além da avaliação dos ganhos e vitórias do movimento, é muito importante que avaliemos os erros e acertos cometidos em cada momento da luta. É fundamental que este processo de avaliação se dê através de uma discussão que congregue o conjunto dos estudantes que participaram do movimento, podendo contribuir para o aumento do nível de consciência a respeito dos problemas que enfrentamos e das formas concretas de resolvê-los, além de permitir a recuperação dos erros que acaso tenham sido cometidos.

E visando abrir esse debate que apresentamos a seguir, algumas considerações iniciais:

– em primeiro lugar devemos entender porque – apesar da grande força demonstrada pelo movimento – o objetivo central não foi atingido, ou seja, o congelamento das taxas e anuidades não foi efetivado. A aceitação desse objetivo pela grande maioria dos estudantes, refletiu a sua justa repulsa aos crescentes e extorsivos aumentos praticados pela PUC nos últimos anos. O fato de não ter sido aceita esta reivindicação não deve ser atribuída à fraqueza do movimento mas às limitações da própria situação existente hoje em dia. No momento em que o congelamento das anuidades implicaria necessariamente na concessão de maiores verbas eatatais para a universidade, é evidente que isto não poderia ser obtido pela pressão dos estudantes de uma só universidade. Este objetivo só terá possibilidades reais de ser atingido num processo de luta regional e nacional. Sabemos, no entanto, que apesar das recentes mobilizações em diversas escolas do país, o clima que predomina na maior parte das escolas é ainda de pouca participação.

Portanto, ao mesmo tempo que trabalhamos para alterar esta situação ampliando a luta a nível regional e nacional, devemos ter claro que o congelamento de taxas e anuidades é um objetivo inatingível na atual conjuntura. O objetivo possível de ser atingido, no momento atual, é o da redução dos aumentos.

Nesta concepção, lutar pela redução dos aumentos não significa de modo algum aceitar como justa a existência do aumentos. Significa lutar por um objetivo capaz de unir todos os estudantes; significa lutar por um objetivo que aponte para uma vitória do movimento; significa, finalmente, a forma real de luta contra o ensino pago.

VITÓRIA DA LIBERDADE NA UFF

Realizaram-se em 25 de abril as eleições estudantis na Universidade Federal Fluminense. Em 20 escolas, foram eleitas as diretorias dos Diretórios Academicos e em quase 15 delas, 5442 alunos elegeram diretamente para o Diretório Central (DCE) a chapa LIBERDADE (2559 votos), recebendo as outras – 2016 votos, Ponto de Partida e 485, Novo Rumo.

Após vários anos, os estudantes elegem diretamente sua entidade central, não se limitando portanto a uma participação indireta (onde 1 delegado de cada DA elege o DCE), que é justamente o que tem mandado cumprir as normas da Reitoria. Está justamente nas diferenças entre estas duas formas de participação, a direta e a indireta, o grande salto dado pelos estudantes da UFF: as diretas, mais justas e válidas pois democráticas, onde se pressupõe o debate livre e amplo e a escolha majoritária de um programa e de uma direção, alicerçando a necessária unidade dos estudantes na condução de suas lutas e de seus problemas.

Sobre as atuais eleições há que se fazer, por tudo isso, uma avaliação de seus acertos e, principalmente, de suas falhas. O acerto está na própria concretização das eleições, no primeiro e sólido passo dado na superação do medo e da apatia pela participação estudantil. As falhas, estão no pouco tempo de amadurecimento das discussões sobre o que é DCE (um ilustre desconhecidos para muitos), e no pequeno debate em torno dos diferentes programas, o que ocsionou uma participação limitada nas eleições (a UFF tem cerca de 15000 alunos). Porém as raízes destas falhas não residem apenas na pouca iniciativa dos estudantes: a repressão hoje na UFF e, particularmente sobre o DCE, é uma das maiores do meio estudantil brasileiro.

Não se dá a toa as constantes proibições, por parte da Reitoria da UFF, de shows, palestras, seja no prédio do DCE ou nas escolas; e também não é de graça que a Polícia Federal circule próximo as escolas ou mesmo coloque agentes no prédio do DCE vigiando as sessões de um simples cine-clube. Torna-se mesmo comum atualmente as ameaças os sequestros de alunos, como ocorreu com um aluno de Comunicação e outro de Física.

Por outro lado, além da repressão (e em função dela também), o que existe na UFF é que, em grande parte das escolas, a participação e as atividades estudantis pouco acontecem, e as reivindicações ainda não chegaram a tomar de um movimento. Persistem até em algumas delas a atuação de diretorias de entidades que principalizam mais os favores pessoais e a colaboração com a Reitoria do que o compromisso com os estudantes que os elegeram.

Tudo isto terá que ser, no entanto, superado. Na medida em que cresçam as reivindicações, o movimento e a participação do conjunto dos estudantes da UFF, impondo inclusive um recuo à absurda repressão de hoje veremos que aí sim as eleições diretas se legitimarão de vez e que o DCE se fará uma entidade forte e bastante representativa.

Há que se trabalhar e muito, dentro de cada escola e em todas ao mesmo tempo. E temos certeza que a chapa LIBERDADE, que nestas eleições procurou esclarecer os estudantes sobre as dificuldades do DCE, respeitando as particularidades das lutas estudantis da UFF, será bastantes capaz disso. O seu programa, que personificou as aspirações estudantis de melhores condições de ensino e pelas liberdades democráticas, bem como sua proposta de participação dos estudantes nas comissões de imprensa, cultura, recreação, ensino e pesquisa e ainda, o fortalecimento do Conselho de DAs, serão capazes certamente de dar a direção das lutas estudantis na UFF fortalecendo a participação dos estudantes nos problemas da sociedade brasileira.

CEDEM

1º DE MAIO: DIA DE LUTA

Este espaço, pretendemos dedicá-lo aos trabalhadores, em homenagem ao seu dia, o 1º de maio. Nesta data, no ano de 1886, nos Estados Unidos, deu-se o auge de um movimento que reivindicava a redução da jornada de trabalho para oito horas, quando houve, então, violenta repressão às manifestações operárias (com morte de vários operários). A reivindicação foi afinal conquistada em 1/5/1890 e a partir deste último ano os trabalhadores de vários países paralisavam o trabalho neste dia, em memória dos companheiros mortos e como símbolo de comemoração das vitórias da classe.

Os trabalhadores brasileiros, hoje submetidos ao arrocho salarial, à falta de liberdade sindical, à ausência do direito de greve à inexistência dos direitos democráticos, sabem que para eles este dia não é de futebol a portas abertas no Maracanã e outras demagogias. Ao contrário, como aconteceu no Rio e em outras cidades do país, reforçaram sua solidariedade discutindo seus problemas em várias associações de classe, sindicatos e associações de bairros populares.

Nada mais justo, portanto, o apoio dos estudantes aqueles que produzem as riquezas e a quem cabe a transformação e a evolução da sociedade.

LUTAS OPERÁRIAS

● Os motoristas de SP fizeram greve em janeiro deste ano protestando contra o baixo salário (7 cruzeiro por hora), que os obriga a trabalhar 10 ou até 16 horas em condições riuns. A União dos Motoristas de Empresas Particulares, que dirigiu a luta, dizia em uma nota: "Colegas, somos as chaves do Progresso, sem nós ninguém trabalha, então nós temos que ter união uns com os outros, vamos parar dois dias porque fomos enganados no aumento de quatro salários de oito horas. Nós queremos treze cruzeiros por hora com vigência em maio. Quem receber este cartão é favor passar para outro colega; é favor nosso, isto é, todos ficar sossegados em casa e sem sair de casa pra canto nenhum do dia 19 e 20/1 de 77"; também os motoristas da Cia Caris Portoalegrense pararam o serviço, no dia 14/1 por falta de condições de pagamento.

● Outras greves em fábricas nos últimos meses: na Ferro-Minas, MG, o atraso no pagamento levou a paralização em toda a fábrica, sendo que a PM mineira interviu a chamado dos patrões; na Empresa de auto-peças DRECO, em SP, o aumento dado foi menor do que o exigido pelos operários, por isto estes paralisaram durante 3 dias, e conquistaram afinal, um aumento superior ao concedido pelo reajuste do governo (38%); 2 000 dos 3 000 operários do Estaleiro Caneco-RJ resolveram faltar ao trabalho no final de 76 em protesto a negativa dos patrões em não concederem o reajuste salarial da classe.

● Trechos do depoimento feito por um operário ao Jornal Movimento (25/abril/77): "Sou motorista, trabalho das quatro e meia da tarde até as seis da manhã na Volkswagen, no setor de pintura dos carros. Na seção que eu trabalho é muito comum o trabalhador ter problemas de irritação na pele, a insalubridade é muito grande. (. . .) A segurança fica andando pela fábrica, com as viaturas, sereia, fiscalizando tudo. Quando tem um conflito, uma briga, o trabalhador vai depor na sala da segurança, (. . .), é que nem delegacia mesmo. (. . .) Tem muita coisa acontecendo lá. Como eu disse, o pessoal não reclama muito, mas é preciso fazer alguma coisa. Por isso que vou entrar pra trabalhar no sindicato. (. . .) Eu sei que não vou resolver nada para mim, que pode até trazer prejuízo, mas é uma coisa que eu vou estar fazendo para os meus filhos, que têm que ter uma vida melhor que a minha."

LUTAS NO CAMPO

● Em PE, em várias usinas da Zona da Mata, 5000 cortadores de cana paralisaram o trabalho por uma manhã, protestando contra a redução dos salários: o pagamento feito anteriormente por tonelada de cana verde cortada, passou a ser feito, pelo mesmo preço, por tonelalada de cana queimada, o que reduziu drasticamente os salários.

● "Milhares de famílias estão perdendo a terra da qual tiram seu sustento, e vão se tornando bóias-frias, tendo que trabalhar muitas vezes para que lhes roubou a terra (. . .) e a situação vem alcançando um grau de tragicidade inédito, com morte de vários lavradores", Boletim Pastoral da Terra, Diocese de Juazeiro – Ba.

● Raimunda Silva teve que deixar sua pequena posse localizada na área onde será construída a barragem de Sobradinho, no São Francisco. Após ver seu marido morto num choque com a polícia, relata que esta ateou fogo em várias casas, e mais, "meu genro, preso, foi tirado da cadeia onde estava, em duas horas e Seu Chico Boiadeiro, e a polícia levou ele para o mato (. . .). Depois ele contou que o amarraram de cabeça para baixo numa árvore e acederam uma fogueira (. . .) Na boca eles enfiavam tição (pedaços de madeira em brasa)". O drama de Raimunda e seus parentes foi apenas um destaque no quadro da região desde que se falou na construção da barragem." O juiz – afirma a filha de Raimunda – cercou todas as terras e prendeu todos que insistiam em trabalhar nas suas tarefas de milho, feijão (. . .) O juiz dizia que a terra agora pertencia a ele tiveram que pagar 100 cruzeiros cada um para sair da cadeia". (ESP 16/01/77).

DESEMPREGO

● A Ford do Brasil demitiu 500 operários depois que uma assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo recusou a proposta de redução do horário de trabalho, artifício utilizado para evitar o desemprego e ao mesmo tempo diminuindo o valor dos salários pagos.; na Bahia, a têxtil Empório Industrial do Nordeste despediu 600 operários, que posteriormente fizeram uma manifestação em frente à fábrica; na Eugin, S.P., 600 operários foram demitidos; os Sindicato de Químicos do ABC, por sua vez, externou preocupação com o crescimento (60%) na média de demissões dos funcionários do setor. Estes exemplos, como muitos outros, se referem ao início deste ano; e suas causas então entre outras nas falências (como o caso da têxtil), o excesso de produção (como a Ford), ou proximidade dos dissídios coletivos, onde os salários aumentam, e a dispensa anterior permite arranjar novos empregados com salários mais baixos.

CENSURA: ATÉ QUANDO?

No início deste ano, 1046 intelectuais brasileiros enviaram ao Ministério da Justiça um manifesto condenando a censura em nosso País. O fato, de grande repercussão, recebeu do Ministro Armando Falcão fria resposta: o número de alguns milhares de títulos por ele liberados. O que não se explicou, é que destes milhares, muitos eram de publicações técnicas, conforme noticiou o Jornal do Brasil. E mais, as obras censuradas são, em sua maioria, as poucas destacadas da já escassa criação da intelectualidade nacional, uma vez que, em geral, os mais consagrados pelo público sempre são os mais castrados pela censura.

A censura não acabou, evidentemente, com esse episódio, e uma de suas piores conseqüências, o cerceamento à imprensa, continua acentuadamente. A imprensa no Brasil tem sido, de um modo geral, dificultada na tarefa de informação e principalmente de análise. E isto não se dá por acaso. Se de um lado existe o privilégio, a corrupção, do outro, as drásticas condições de vida do povo, prisões e cassações, só resta mesmo aos mandatários do regime e seus principais beneficiados, controlar e cercear a livre informação. E já que diversas informações refletem as diversas classes e seus interesses, a censura também se faz de forma variada.

Assim, curiosamente se notou que se os grandes jornais analisaram criticamente os últimos acontecimentos políticos, o mesmo não se permitiu ao rádio e a TV. Nestes, veículos de alcance popular, só se pode ver as justificativas do regime em horário "nobre" (20 horas). Por outro lado, a grande imprensa segue um comportamento digno dos interesses que defendem, dentro de uma auto-censura: fazem críticas ao regime ao seu modo e dentre limites comportados.

Mas, quando se trata dos problemas populares, seu pseudo-liberalismo desaparece. Sobre a greve dos motoristas de São Paulo, em janeiro deste ano, o Estado de São Paulo qualificou-a de subversiva e ilegal; o Jornal do Brasil nem mencionou o fato.

Sobre a imprensa independente volta-se grande parte da fúria da censura. Os jornais Movimento, Opinião, Pasquim, O São Paulo (da Diocese de São Paulo), não podem muitas vezes nem mesmo publicar sua versão sobre fatos já amplamente divulgados, pois sua visão, longe de estar perto dos poderosos e dos governantes, se aproxima dos interesses populares. E estes interesses pouco são divulgados. Os pequenos jornais de bairros, sindicatos, fábricas, escolas além das dificuldades econômicas naturais do seu próprio meio, são cerceados na mesma proporção que existe a repressão nestes locais, a intervenção nos sindicatos, etc. E isto fica mais evidente na medida em que crescem os movimentos e lutas nestes setores; assim está sendo no meio estudantil, onde já foram apreendidos e cerceados jornais na USP (Dois Pontos), Londrina (Poeira) e outros.

Apesar disso, o crescimento e sobrevivência deste tipo de imprensa se constitui como um esteio nas alternativas democráticas criadas dentro dos setores populares, mas não resta dúvida que um espaço importante a ser conquistado é o de jornais populares que expressem opiniões políticas distintas das do regime, da grande imprensa, dos grupos econômicos e que se vinculem a partidos, associações e entidades que expressem os interesses de classe dos trabalhadores e dos setores populares, segundo uma perspectiva política, de luta pela sua democracia e por uma sociedade mais justa.

GREVE NO ICHF

Os estudantes do curso de Ciências Sociais da UFF ao iniciarem as aulas encontraram ainda mais agravados alguns problemas de seu curso. Este se encontra completamente desestruturado. Devido a grande demissão de professores, saída de outros tantos, a escola passou a contratar professores a título de prestação de serviços por tempo determinado, ocasionando, inevitavelmente, uma rotatividade de professores, o que só tende a prejudicar cada vez mais o curso. A professora Maria Helena de Abreu, autoritária chefe do departamento, é também, segundo os alunos, a grande responsável pela desestruturação do curso. Tudo isso gerou um clima de profunda insatisfação por parte dos alunos, que decretaram greve geral reivindicando a melhoria do ensino e a saída da professora Maria Helena. Apesar da proposta ter sido encampada por 2/3 dos professores da escola, mesmo no que diz respeito a demissão da professora, a reitoria persiste em mantê-la no cargo e em não atender as reivindicações dos estudantes.

VITORIA NA UERJ

Com as reivindicações de reajuste da remuneração para dois salários mínimos e a diminuição dos plantões de seis para quatro mensais, os internos da UERJ (sexto-anistas) paralizaram suas atividades por duas semanas, tendo sido totalmente vitoriosos em saus reivindicações.

Durante duas semanas, 300 residentes do hospital recusaram-se a cobrir suas atividades, além de apresentarem suas próprias reivindicações: melhores condições de alojamento e alimentação e cumprimento da remuneração de tres salários mínimos.

Em carta aberta à opinião pública, os alunos denunciaram as precárias condições de ensino e saúde, causadas pela diminuição de verbas para ambos os setores.

MOVIMENTO

Acerca de um mês, em Porto Alegre, foram efetuadas 21 prisões entre estudantes, professores e um jornalista, todos acusados de manterem "atividades subversivas".

Mil estudantes da Federal do Rio Grande do Sul (URGS), PUC-RS e Unisinos (Universidade Vale dos Sinos) reunidos em assembléia geral, tiraram uma carta de protesto pedindo não só a libertação dos colegas e demais detidos, como também anistia para os presos políticos em geral. Em seguida, fizeram uma concentração em frente ao prédio da Reitoria, com objetivo de exigir do Reitor uma intervenção junto às autoridades. Não tendo sido recebidos permaneceram defronte à Reitoria e passaram a discutir a situação das prisões políticas no país e em particular dos colegas presos, sendo tirada a proposta de fortalecimento da Comissão Permanente dos Direitos Humanos do RGS.

Posteriormente 19 deles foram soltos, ficando dois ainda detidos por residirem em outros estados.

1.600 estudantes da Escola de Engenharia da UFMG fizeram greve de protesto contra a punição de 17 colegas. Estes foram citados pela Reitoria como responsáveis por um movimento na escola, onde os estudantes ocuparam o restaurante, ali servindo a comida, já que a Reitoria não cumpriu o acordo feito no sentido de melhoria da qualidade das refeições.

O prédio do DCE da Universidade Federal de Pernambuco foi violentamente invadido pela PM, que cercou todas as imediações, parando inclusive o trânsito. Ocuparam e vasculharam o prédio, instalaram rádios + transmissores diretamente com a Central da PM, tudo isso numa atitude de acintosa e claramente provocativa.

PRESTE ATENÇÃO: NOTAS

• *Disse o vereador Antonio Carlos (MDB-RJ) ao jornal Viração – PUC, sobre o papel do parlamento: "No Brasil de hoje, o Parlamento tem uma função restrita (. . .) Ele se limita, muitas vezes, a aprovar medidas já tomadas (. . .) "O papel do parlamentar é evidentemente, auxiliar, mas há o que ser feito, como ampliar reivindicações, tornar público lutas importantes dos trabalhadores se mesmo resistir às arbitrariedades cometidas contra as classes populares" (. . .) "Os principais entraves à nossa atuação dentro do Parlamento estão na falta de força política capaz de garantir nossas decisões" (. . .) "Os problemas da população tem raízes profundas e exigem medidas que encontrarão bastante resistência dentro da atual sociedade" (. . .) "Nesse sentido, a nossa atuação tem que ser a de fortalecer as entidades e associações que procuram resolver por sua iniciativa esses problemas" (. . .) "Essa é a única forma que temos de superar o problema da falta de condições de levar uma vida parlamentar, no sentido que a classe trabalhadora assuma para si a responsabilidade da mudança da atual situação do país".*

• O Conselheiro capixaba, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) tornará a pedir a saída da entidade do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, pois, como disse, este não se reune há 3 anos e permanecer nele é o mesmo que compactuar com uma farsa. O Conselho sob o controle do Ministério da Justiça, em sua última sessão (em 74), arquivou os processos onde se apuravam o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva e a morte do estudante Stuart Angel (arrastado até morrer no pátio da Base Aérea do Galeão). E desta época também, o desaparecimento de mais de dez cidadãos brasileiros, fato que o Conselho nem tomou conhecimento.

• *O BOCA recebeu carta (22/3/77) dos jornalistas do jornal Opinião, onde denunciam as irregularidades trabalhistas cometidas pelo proprietário, Fernando Gasparian, como não assinatura de carteiras com o salário real e desde o dia de entrada no serviço, bem como a não equiparação salarial como o estabelecido no dissídio coletivo da classe. Ameaçado de se ver denunciado na Justiça do Trabalho, Sr. Gasparian demitiu os jornalistas e até os diagramadores, mostrando que não respeita o que tanto diz defender em seu jornal (atualmente fechado), de direito dos trabalhadores.*

• *Foi censurado o livro "Ditadura do Cartéis, anatomia de um subdesenvolvimento" do industrial brasileiro Kurt Mirow, que, utilizando os dados da ONU e do Min. do Planejamento do governo, denuncia empresas Multinacionais do setor de máquinas elétricas, por várias irregularidades.*

LEIA

E DIVULGUE OS

JORNAIS

INDEPENDENTES

CONDIÇÕES DE VIDA

• Em SP, os moradores da favela Ordem e Progresso se revoltaram contra o despejo, que atingiu 298 famílias que lá subvivem. Disse um morador, Eduardo Celestino dos Santos, 59 anos: "Por que não nos matam de uma vez? Só nos querem para limpar a cidade, para construir prédios para morarem, exala forte cheiro de esgoto (ESP 07/12/76); enquanto isso, em Salvador, 400 famílias ocuparam um terreno baldio e já no dia seguinte foram expulsos por forte contingente policial, que fez inclusive disparos para o ar. (ESP 25/02/77)

• O desemprego atinge também os trabalhadores rurais; em PE, a Usina das Mercês, no Cabo, fechou e seus 2.425 trabalhadores estão sem emprego; no Recôncavo Bahiano, a retenção no campo de colheita de cerca de 250 mil toneladas de cana, gerou desemprego de 3 mil trabalhadores; no norte do Estado do Rio, os usineiros por sua vez vêm utilizando indiscriminadamente a mão de obra infantil, os bóias-frias mirins, cuja remuneração é menor. (ESP- 13/02/77)

ENCONTRO NACIONAL

No proximo dia 4 de junho será realizado um novo ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES. Muitos estudantes talvez se perguntem: por que é necessário que nos organizemos a nível nacional? Como nós estudantes deve nos levar a cabo este processo? Responder à estas perguntas é o objetivo deste rápido artigo.

Seria talvez discorrer sobre o óbvio dizer que apenas pelo fato de sermos estudantes vivemos uma problemática comum. Isso conduz à questão: se temos problemas em comum e temos respondido a isso em cada escola, universidade, região, não teríamos mais forças se nos aglutinássemos e levássemos em conjunto nossas preocupações?

Assim, foi em 62 quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) globalizou greve geral que reivindicou a participação dos estudantes na política educacional. E foi também em 68/69, na luta por mais vagas e mais verbas para o ensino e nos amplos movimentos contra o regime.

No momento não temos uma UNE que possa centralizar este processo. Não achamos que já é o momento de colocá-la na ordem do dia, na medida em que estamos apenas iniciando o processo de reorganização nacional, e é preciso que uma entidade geral e importante como a UNE seja aceita e reconhecida por todos os estudantes. Desde o ano passado tem sido os encontros nacionais o ponto alto da reorganização e unificação das lutas estudantis. Como se constituiram tais encontros?

OS ENCONTROS COMO ESTÃO

Os encontros se constituiram a partir de várias entidades que se interessaram em discutir os problemas estudantis e os de realidade brasileira. Daí, a partir de 76, vários encontros nacionais foram realizados. Porém o pequeno conhecimento dos estudantes brasileiros desses encontros e portanto a participação pequena – pouco representativa ainda – levou que sua existência pouco tenha contribuido até agora para resolver os nossos problemas de organização ou caminhar no sentido de possibilitar o enfrentamento conjunto de nossos problemas.

Nenhuma proposta tiradas nesses encontros consegui ser encaminhada e não conseguimos avançar de forma consistente na nossa organização.

Isso a nosso ver, tem razões bem claras. A maioria dos estudantes não tem concretamente discutido a necessidade, as propostas e as formas de encaminhamento discutidas nos encontros, Ou seja, a representatividade não tem sido garantida de fato. Prova disso é que as discussões tiradas nos encontros não são encaminhadas (quem não é representativo, dificilmente chega na sua escola e consegue encominhar qualquer proposta). Isso mostra também que as propostas tiradas por uma comissão executiva de DCEs e outras definidas por cinco votos por entidade localizada (divididos entre os delegados pela maioria ou as diretorias elegitas pelos DAs e as oposições ou votos de minorias) não tem funcionado. Tem entravado as discussões de qualquer encontro.

NOSSA PROPOSTA

Justamente por tudo isso, faz-se necessário discutir nossa propostas para os encontros entre as quais passamos a fundamentar.

a) quem decide nos encontros

Seria excelente se pudéssemos realizar uma enorme assembléia nacional de estudantes onde cerca de 1 milhão de universitários do país pudessem comparecer e juntos discutir e decidir a respeito dos mossos problemas. Impossível! Há que, portanto, estabelecer mecanismos de representatividade que permitam que, se impossibilitados de estarem todos presentes, a maioria se encontre representada. Já obtivemos uma vitória nesse sentido, quando num encontro realizado em São Carlos, derrotamos os companheiros que ainda insistiam em que não houvesse qualquer esquema de representatividade. Propunham que todo mundo que quisesse, viesse – o que nós concordamos, e que o voto fosse por cabeça, o que achamos absurdo e combatemos. Naquele momento também se aprovou uma concepção que achamos correta que é representatividade através de entidades localizadas (Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Conselhos de Representantes). E por que as entidades localizadas? Porque são elas que estão mais diretamente ligadas aos estudantes e através delas os estudantes travam suas lutas, é nelas que os estudantes se aglutinam. Portanto são elas (e não, por exemplo, as diversas posições ou grupos políticos) que têm condições de serem mais representativas. Nos momentos de maior atividade e expressão social do movimento estudantil (68) era dessa forma que os estudantes de todo o Brasil garantiam sua representatividade junto à UNE.

Achamos que essa representatividade deve ser garantida através de uma única posição por entidade, a posição de maioria, tirada nas entidades de forma mais representativa possível. E porque posição única? Por que nós estamos lutando pela nossa união. É a união, os estudantes unidos em torno da posição da maioria, que dá força ao nosso movimento. E não o nosso fracionamento em diversas posições que torna isso possível. Além disso achamos que quando as divergências existem (e é em geral o que acontece) o lugar de discussão e decisão a respeito delas é junto à maioria dos estudantes, às salas de aula, às entidades. E não em reunião de representantes a nível nacional, onde esses representantes estão levando as posições conquistadas junto aos estudantes.

As formas como serão feitas tais escolhas deverão no entanto ter um critério de cada entidade por escola. A escolha que consideramos correta é a posição tirada em assembléias amplas e representativas da maioria dos estudantes. Quando isso não for possível devem ainda prevalecer as formas representativas, seja a diretoria eleita e representativa dos estudantes, ou de reuniões amplas de estudantes ou o próprio Conselho de Representantes quando existir.

b) O que fazer nos encontros

Ao mesmo tempo em que se define sua dinâmica, o encontro necessita concretizar propostas de lutas, O que propomos é que o próximo encontro se volte para a discussão de dois eixos, onde se englobariam vários problemas: melhores condições de ensino e os das liberdades democráticas.

O primeiro se volta para os problemas de verbas, de ensino pago, de anuidades taxas, da elitização da universidade, de jubilamento, do conteúdo dos cursos ministrados e sua vinculação com os problemas maioria do povo.

O segundo diz respeito à liberação de organização dos estudantes em particular, suas contidados, da liberdade de expressão, da censura e da repressão política que se abate sobre vários setores sociais, inclusive das condições de existência dos setores populares. Propomos ainda tirarmos desse encontro formas mais efetivas e consequentes de organização a nível nacional entre os encontros que não a Comissão Executiva do DCEs. Formas que permitam uma atuação mais direta, uma resposta mais direta o conjunto na defesa de nossos interesses. Por exemplo, quando uma medida que nos afeto nacional (Estudos sociais, a prisão de colegas) exija uma resposta imediata com termos que para isso esperarmos outro encontro, mesmo porque nas em 68 se faziam encontros nacionais mais de uma vez por ano. Se fazia aliás, um único congresso da UNE por ano. Portanto, apenas uma comissão executivo não responde. Propomos para isso um conselho de DCEs permamente que conte com a participação de todos os DCEs mais representativos do Brasil. Por que os DCEs? Porque não as entidades mais gerais que temos, reconhecidas pelos estudantes, com representatividade e respaldo dos estudantes. Ela não será apenas executiva, mas terá um caráter deliberativo, com voto (um) por DCE.

Transcrito do Boletim Nacional dos DCEs USP-UFBa-UFMG-UFF

---

de aparelhagem, de laboratórios para aulas práticas, carência de professores, mensalidades altíssimas, supressão das bolsas de estudo etc. . . Assim, além das péssimas condições de ensino, vemos também o avançao da elitização das escolas e universidades. Em 1964, 2/3 das escolas eram públicas, em índice é o inverso, 2/3 das escolas são privadas. A "escola-negócio" passa a predominar e sua contrapartida é a "Universidade-Empresa". Uma universidade que transfere seu custo totalmente para os estudantes e mais ainda, uma universidade ligada aos interesses do Modelo Econômico Nacional.

Nesse sentido, os estudantes das várias escolas do Grande Rio se deparam nas suas lutas concretas por problemas específicos e com a questão mais de fundo da falta de verbas para a educação.

Assim, a luta por mais verbas deve ser encarada como uma perspectiva de unificação regional do movimento estudantil. Porque vemos que nesse momento nossos problemas têm fundo em comum e reunidos regionalmente estaremos mais fortes para apontar as possíveis soluções e fortalecer nosso movimento.

Mas essa união só pode se dar a partir de discussões as mais amplas possíveis, nas turmas, com a participação e posicionamento de grande maioria dos estudantes. Vemos então que os canais para essa participação do conjunto dos estudantes são as suas entidades representativas – os órgãos de base mais próximos dos estudantes, mais perto das turmas. Nesse sentido, várias entidades estudantis do Grande-Rio estiveram reunidos na 3a feira dia 26, discutindo os vários problemas que se apresentam nas diferentes escolas. Nessa reunião viu-se a importância de ampliar a discussão sobre o problema de vervas para a educação nas turmas, nos Diretórios e Centros Acadêmicos, nos Conselhos de representantes, em reuniões amplas nas escolas. Ou seja levar ao conjunto dos estudantes a discussão e o aprofundamento sobre a questão de verbas.

Nessas discussões os estudantes deverão pensar em propostas de atividades comuns, como por exemplo, um "dia de manifestação" regional sobre o problema onde cada escola se manifestaria de sua forma específica e de acordo com a maioria de seus estudantes.

Para isso é importante também um organismo que centralize e coordene, a nível do Grande-Rio, os informes e atividades das escolas. Mas esse órgão não pode se colocar à parte dos organismos das próprias escolas, dos organismos dos estudantes.

É necessário uma comissão que se baseie justamente nos órgãos de participação dos estudantes e que se paute pelas decisões tomadas pelo conjunto dos estudantes de cada escola, respeitando a situação específica das diferentes escolas do Grande-Rio. Assim, nossa proposta é uma comissão de entidades que coordene de acordo com a especificidade de cada escola.

O fundamental dessas propostas é que elas sejam discutidas o mais amplamente possível nas turmas e nas entidades estudantis e representem a verdadeira posição dos estudantes do Grande-Rio.

POR MAIS VERBAS PARA A UNIVERSIDADE

POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO

Diretório Acadêmico Tiradentes (DAT-PUC)
Centro Acadêmico Roquete Pinto (CARP-PUC)
Diretório Acadêmico de Economia e Administração, Cândido Mendes – Ipanema
Diretório de Comunicação (UFF)
Diretório Acadêmico Raimundo Soares (ICHF-UFF)
Diretório Central dos Estudantes da UFF.
Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca (DAAF)
Diretório Acadêmico Galileu Galilei (DAGG)

CEDEM

80 MIL ESTUDANTES EM GREVE

Os estudantes da USP, reunidos 2a. feira em assembléia, declararam greve geral de 24 horas, em protesto contra a prissão de cinco operários do ABC e de dois estudantes.

A greve visava a imediata libertação dos operários e estudantes, como reforçar o ato público convocado em repúdio às prisões, realizado 3a. feira à noite, com participação de 6 mil pessoas.

As mobilizações se estenderam a todo Grande São Paulo e ao interior do Estado, havendo apoiado a defesa da integridade física dos presos a PUC-SP, a UNICAMP, a PUC-Campinas, a Escola de Engenharia de Limeira, a Universidade Federal de São Carlos e a Escola de Engenharia de São Carlos. As entidades estudantis de São Paulo, através de carta aberta da Comissão Estadual de Entidades Estudantis, formada na semana anterior, denunciaram as prisões. Ainda no ato público de 3a. feira participaram representantes de sindicatos dos trabalhadores, da Ordem dos Advogados do Brasil, do MDB e do Movimento Feminino pela Anistia.

Estas prisões repetem mais uma vez a utilização de medidas repressivas, do arbítrio político, sobre setores populares, quando estes reagem à marginalização política econômica em que vivem. Desta vez estas medidas atingem, novamente, os trabalhadores, principais responsáveis por todas as realizações econômicas do país.

Os operários e estudantes foram presos quando divulgavam notas sobre o 1º maio. Segundo os órgãos de segurança, estas notas teriam cunho "subversivo". Mas os estudantes da USP, e demais universidades, não entendem assim. Entendem que os trabalhadores tentavam transformar o 1º de maio de uma data festiva num dia de luta. Porque os trabalhadores não tem o que comemorar nos dias de hoje no Brasil. Porque os trabalhadores do Brasil vivem submetidos a salários de fome e à opressão política. Assim não há o que comemorar. Mas há muito porque lutar. E os trabalhadores presos, membros da Oposição Sindical Metalúrgica de São Bernardo, também o entendiam assim. Mas os órgãos de segurança não concordam. Talvez porque creiam que os trabalhadores brasileiros tem uma vida digna do seu trabalho, tem a liberdade que necessitam e desejam.

Os estudantes de São Paulo incluíam entre suas reivindicações o fim as prisões e torturas, o estabelecimento de liberdades democráticas em nosso país. Buscam respostas não só para esta prisão, mas para toda a situação em que vive o povo brasileiro. Com eles, as entidades estudantis do Grande-Rio solidarizaram-se, através de nota, com a defesa dos presos, com o repúdio a tais arbitrariedades, com os estudantes e trabalhadores de São Paulo.

O conteúdo da nota divulgada pelos DCEs livres da USP e PUC-SP é aqui reproduzido:

No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, o nível de repressão às atividades estudantis atingiu um ponto absurdo. Não bastando a proibição de reuniões, de afixar cartazes e a inexistência de entidade estudantil, a diretoria daquela unidade mobilizou um esquadrão da polícia universitária e um "camburão" para bloquear as saídas do Instituto, só permitindo o Trânsito pela entrada principal, que era vigiada. Isto foi 6a. feira, dia 29.

O motivo de tanto aparato foi apresentação do coral dos estudantes, realizada com a assistência de mais de 200 alunos, dia 28.

O diretor omitiu-se de qualquer responsabilidade pela presença da PU, alegando que esta teria sido chamada pelo porteiro. Mas, por acaso, passaram a surgir no IFCS "novo faixineiros", talvez também chamados pelo porteiro.

Ao invés de preocupar-se com o coral, ou em culpar o porteiro, o diretor deveria buscar melhorar as péssimas condições de ensino do IFCS, hoje semi-abandonado.

Os DCEs falam

Os diretórios Centrais dos Estudantes da USP e da PUC (DCEs Livres) divulgaram ontem um comunicado à população, em que expõem sua posição diante das recentes prisões de operários e estudantes e convidam para o ato público marcado para hoje, às 20h, no teatro da PUC (rua Monte Alegre, Perdizes).

O comunicado, intitulado "Quem irá em sua defesa?", diz o seguinte:

"Nós alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de São Paulo, tomamos conhecimento através de um documento de "denúncia" da oposição sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, da prisão arbitrária de três dos companheiros. São eles: Celso Brambilla (da Mercedes Benz), Márcia Basseto Paes (da Auto Metal) e José Maria de Almeida (da Laminação S/A). Também fomos informados da prisão do estudante Fernando Lopes, da Faculdade de Educação do ABC (Psicologia).

"Qual o crime que cometeram? suas categorias na luta de todos os trabalhadores pela sua reorganização e pelas liberdades democráticas.

"Nós estudantes, que travamos uma luta pelos mesmos direitos, já aprendemos o quanto é difícil fazê-lo face às arbitrariedades que o governo militar nos impinge com seu aparato repressivo.

"Ao lutarmos pela nossa reorganização livre e independente, lutamos também pelas liberdades democráticas, ou seja, pela liberdade de todos os setores oprimidos de se reunir, se manifestar e se organizar, liberdade fora dos limites que esse governo nos impõe.

"Nessa medida vemos a necessidade de combinar as nossas lutas, unindo nossas forças com outros setores igualmente comprometidos na luta pela defesa de uma vida melhor para o nosso povo.

"Dessa forma, o DCE Livre da PUC-SP e o DCE Livre da USP divulgaram a carta-denúncia para todos os alunos, e, em reunião realizada no dia 29/4/77, nós estudantes nos irmanamos aos operários do ABCD e a todos os setores sociais, em repúdio público à prisão arbitrária dos operários citados, bem como deixamos claro a nossa posição: "Somos contra toda e qualquer arbitrariedade que impeça qualquer setor social de se expressar e se organizar livremente".

"Pela liberdade imediata dos operários presos.

"Pela defesa da integridade física dos companheiros e seus familiares.

"Anistia a todos os presos e exilados políticos.

"Pelas liberdades democráticas

Assinado: DCE Livre PUC-SP e DCE Livre USP."

MANIFESTO POR MAIS VERBAS

Os estudantes do Grande Rio se reúnem para uma avaliação das condições de ensino em suas escolas:

– os estudantes de comunicação-PUC, reclamam: "os laboratórios estão fechados, as máquinas de escrever quebradas, não há aparelhagem para as aulas práticas".

– os estudantes da UFF constatam: "os cursos de ciências sociais estão se esvaziando, não há professores . . . "

– ainda na UFF, os estudantes de Medicina protestam: "não há laboratórios para as aulas práticas – e muito menos cadáveres".

– também na UFRJ: "salas superlotadas, péssimos laboratórios, deficiência nos transportes e alimentação".

– na Cândido Mendes: "a biblioteca é completamente insuficiente!"

– na PUC, durante mais de um mês, os alunos lutaram contra o abusivo aumento das mensalidades.

Péssimas condições de ensino, e, ao mesmo tempo, taxas e mensalidades cada vez mais altas (sem contar com a armadilha do Crédito Educativo). Essa é a atual situação do ensino constatada no Grande Rio. O que há de comum entre os problemas das diversas escolas é a carência de verbas que se traduz em péssimas condições do ensino e no seu encarecimento progressivo.

Essa situação se coloca num quadro mais geral onde um dos dados principais é a política do Governo de redução de verbas para a educação, política que vem se acentuando nos últimos anos:

VERBAS DA UNIÃO PARA EDUCAÇÃO

1964	. . . . .	12%
1970	. . . . .	7%
1977	. . . . . pouco mais de	3%

É importante ressaltar que essa redução não se verifica apenas na educação, mas também em outros setores de fundamental importância para a maioria da população: redução de verbas para a saúde, habitação, transporte, alimentação. É nessa política de redução de verbas, a maioria da população – a maior prejudicada – não teve nenhuma participação.

Na questão do ensino, propriamente, esse corte de verbas se traduz em toda a série de deficiências dos cursos: falta

continua na página 7

ASMOB-MILANO ARQUIVO HISTÓRICO DEL MOVIMIENTO BRASILEÑO

CEDEM